

*De luta e de escola!
mulheres quilombolas e experiências formativas*

*About struggles and schools: quilombolas
women and formative experiences*

Alessandra Nicodemos*
Pablo das Oliveiras**

Resumo: Esse artigo traz pontos de reflexão em torno da conformação identitária de mulheres quilombolas na Ilha da Marambaia, numa perspectiva geracional, considerando que essas mulheres são confrontadas em suas trajetórias de vida pela sua identidade quilombola e, ainda, a outras demandas identitárias, políticas e sociais. Busca, assim, tecer aproximações e distanciamentos nas experiências educativas entre duas gerações de mulheres quilombolas – mãe e filha. Identificando, em espaços formais e não formais de educação, os elementos constitutivos dessas experiências, principalmente aquelas que se materializaram em torno da luta política em que estavam inseridas por reconhecimento da titularidade da terra, conjugada à reprodução de suas condições materiais de sobrevivência e de manutenção de sua cultura como comunidade tradicional.

Abstract: This article intends to reflect about the identity conformation of quilombola women in the Marambaia Island, from a generational perspective. It consider that these women are confronted in their life once by their quilombola identity and on the other hand by other identity, political and social demands. It tries, therefore, to make approximations and distances in the educational experiences between two generations of quilombola women – mother and daughter. Identifying, in formal and non-formal spaces of education, the constituent elements of these experiences, especially those that materialized around the political struggle in which they were inserted by recognition of land ownership, coupled with the reproduction of their material conditions for survival and maintenance of culture as a traditional community.

* Doutora em Educação e professora adjunta na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

** Especialista em Ensino de Artes e professor na Rede Municipal da Cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Quilombo. Mulheres Quilombolas. Experiências formativas.

Keywords: Quilombo. Quilombola Women. Formative experiences.

Introdução

O presente estudo dialoga com o reconhecimento das potencialidades da educação escolar formal, como possibilidade de resgate, afirmação e valorização das identidades de mulheres quilombolas e de suas comunidades, bem como de suas memórias e tradições, principalmente para as novas gerações, que vivenciam formas mais sistematizadas e contínuas de processos formais de escolarização. O artigo pretende trazer reflexões em torno da identidade de mulheres quilombolas, na Ilha da Marambaia, no Estado do Rio de Janeiro, numa perspectiva geracional, reconhecendo que essas mulheres são confrontadas, em suas trajetórias de vida, pela sua identidade quilombola e, ainda, por outras demandas identitárias, políticas e sociais. Busca, assim, tecer aproximações e distanciamentos entre as experiências educativas de duas gerações de mulheres quilombolas – mãe e filha – em espaços formais e não formais de educação. Tais experiências materializaram-se em torno da luta política em que estavam inseridas, bem como aquelas vivenciadas nos processos formais de escolarização que conheceram.

Tais reflexões foram desenvolvidas no projeto de pesquisa e extensão *Formação de professores em história e cultura afro-brasileiras e educação para as relações étnico-raciais na Ilha da Marambaia*, concebido e coordenado por professores, pesquisadores e estudantes vinculados à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no período de 2013 a 2014. O referido projeto insere-se no compromisso da universidade e de seus pesquisadores de promoverem ações de pesquisa, ensino e extensão, que contribuam para a implementação da Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que instituiu a obrigatoriedade do estudo de História e Culturas Afro-Brasileiras, nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, em oficiais e a particulares e, ainda, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução CNE/CP 1, de 17 de junho 2004).

O projeto desenvolveu-se em parceria com a Escola Municipal Levy Miranda, da Rede Municipal de Educação de Mangaratiba. Nesta escola foi eleita, no ano de 2010, uma direção sensível às questões vividas pela

comunidade quilombola e, com esse reconhecimento, seus projetos político-pedagógicos orientam-se por ações voltadas à educação das relações étnico-raciais e de abordagens da memória local. A escola coloca-se muito próxima à comunidade e às suas lideranças, atuando em ações socioculturais que transformam o espaço escolar em um polo convergente da comunidade e, inclusive, na promoção de intercâmbios de informações comunitárias, se considerarmos a sua localização geográfica estratégica e as grandes distâncias existentes entre os núcleos de moradias, nas diversas praias que constituem o Quilombo da Marambaia. O projeto desenvolveu-se com a participação de estudantes e professores da referida escola municipal e, ainda, de licenciandos e licenciandas do curso de História da UFRJ.

Metodologicamente, o projeto estabeleceu a pesquisa, a coleta e o registro da memória dos moradores da região, através de entrevistas de história oral, do levantamento de fontes icnográficas e produção de acervo fotográfico histórico e do tempo presente. Existência, resistência e memória de homens e mulheres que, em seus relatos, identificavam momentos e contextos importantes da história do povo negro no Rio de Janeiro, ao anunciar, de forma emblemática, o protagonismo de seus sujeitos e de sua luta pelo reconhecimento de sua cultura, da propriedade de suas terras e de sua identidade quilombola-caiçara.

O Quilombo da Marambaia localiza-se na Baía de Sepetiba, costa oeste do litoral do Estado do Rio de Janeiro e é formado por um grande número de praias: Praia Grande, Praia do Cutuca, Praia do José, Praia da Cachoeira, Praia da Caetana, Pescaria Velha, Praia Braba, Praia do Sino, Praia Suja, Praia do Caju, Praia do José Manuel, Praia do Sítio, Prainha e Praia da Costa. Quatorze dessas praias possuem denominações históricas, que constituem marcos geográfico e social da Ilha, reconhecidos além de suas fronteiras. Mesmo não sendo de fato uma ilha, a Marambaia recebe esta denominação por assemelhar-se à formação topográfica de ilha: possui elevações montanhosas e uma restinga que se estende ao continente, pela Barra de Guaratiba. Este território assumia significado nas falas dos moradores: quando indagávamos seus endereços, por exemplo, a resposta não era Rua A ou Rua B, mas uma referência às localidades praianas de moradia, como Praia Suja ou Pescaria Velha. A identidade caiçara e pescadora seguiu e segue entrelaçada à identidade quilombola do lugar e, mesmo que a pesca não tenha a importância econômica que já teve, resiste na memória dos moradores e nas práticas diárias que garantem a produção de subsistência. De forma marcante, observa-se esta identidade na paisagem local: casas

simples sem muros, pequenos barcos no quintal ou ancorados e uma infinidade de redes de pesca penduradas em árvores ou nas areias, principalmente na praia Pescaria Velha.

Figura 1 – Praia Pescaria Velha



Fonte: Acervo do Projeto.

O registro da história e da memória do Quilombo da Marambaia, na perspectiva de seus moradores e suas moradoras, é uma possibilidade de fazer emergir, como aponta Pollack (1989) as “memórias subterrâneas”, aquelas que, na relação com a “memória oficial”, podem ser desprestigiadas ou simplesmente silenciadas, no processo de sedimentação, registro e construção de um determinado saber histórico, mas “que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível”. (POLLACK, 1989, p. 4).

Como marco histórico inicial da ocupação da região, devemos observar o então território da Ilha de Marambaia como a propriedade rural de produção cafeeira do Comendador Joaquim José de Sousa Breves, que foi antecedida pelo uso da área como entreposto do comércio de escravos, desde o século XIX. Com a decadência da produção cafeeira na região e o fim da escravidão, a memória dos moradores resgata o processo de doação das terras da fazenda pelo próprio Breves a escravos e ex-escravos, que ali trabalhavam. Nesse fato reside a explicação por que muitas praias são

identificadas, até hoje, por nomes próprios e que estes fazem referência àqueles e àquelas que eram proprietários e proprietárias das tais áreas praianas, recebidas por doação do comendador. Até o período anterior ao Termo de Ajustamento de Conduta de 2014 – quando se desenvolveu o projeto –, o território quilombola da Marambaia contava com 94 habitações e um contingente de 347 moradores. O acesso à ilha é feito por barcos próprios ou, de forma majoritária, por navios da Marinha do Brasil que, desde a década de 1970, tem o controle territorial da região e, conseqüentemente, o controle sobre o acesso à Marambaia. Esse traslado oficial de passageiros segue rígidas regras de obediência à hierarquia militar no processo de acesso à embarcação: primeiro o comandante, seguido de oficiais pelas patentes, fuzileiros, aspirantes e, por fim, os demais não militares, moradores da ilha, junto com as professoras da escola e visitantes, autorizados previamente pela Marinha, em uma viagem de Itacuruçá a Marambaia, que dura em torno de duas horas.

A comunidade quilombola da Marambaia encontra-se fortemente marcada por ditames estatais desde a vigência da Escola Nacional de Pesca (1939), que contava com a tutela do Estado, através de uma entidade de fins filantrópicos, o Abrigo Cristo Redentor. Os moradores indicam ser este um período de maior liberdade de circulação e de desenvolvimento econômico, com mais autonomia, através da pesca e da produção agrícola e pecuária de subsistência. A escola, em tal período, vai ter um papel importante na formação profissional dos jovens do sexo masculino, que vislumbravam possibilidades internas e externas de inserção no mundo do trabalho, a partir das atividades pesqueiras na ilha e no seu entorno.

Para as jovens, o destino era mais complexo e difícil, já que a ausência de espaços de formação e inserção em atividades laborais, na própria ilha, obrigava um deslocamento compulsório em idade muito jovem – entre 10 e 14 anos – para atividades de trabalho doméstico ou, então, experiências precárias de adoção por parte de famílias no entorno da Ilha da Marambaia ou em bairros distantes, inclusive na cidade do Rio de Janeiro. Esse processo de ruptura aparece de forma muito intensa e emocionada, em várias entrevistas com as mulheres da ilha, indicando ser esse tempo de exílio infantojuvenil feminino uma marca que uma geração carregou, como nesse depoimento de uma liderança feminina local:

[...] porque quando a gente sai daqui eles prometem muita coisa a nossa mãe, que nos leva para trabalhar, prometem que vai colocar para a escola, que vai dar saúde, que vai cuidar dos dentes, mas no fim das contas dá mesmo é só serviço e um dinheiro muito pouco. Então quando a gente, lá quando eu fui trabalhar, uma das casas que eu fui trabalhar, era em 1973, tinha uma igreja perto e eu pedia à patroa que deixasse, se ela se importasse que eu fosse à missa, e ela disse não, você pode ir comigo na missa, depois eu aprendi, e ela combinou comigo: Eu vou pela manhã, você fica arrumando o almoço, ajeita as coisas e à tarde, você vai à missa da noite. [...] por mais que achasse justo ou não, a gente nem questionava esse lado porque não tínhamos para onde correr, e, diga-se de passagem, de lá eu não sabia vir para a casa.

Os anos de 1970 inauguram uma nova fase de controle estatal para os moradores, com a chegada da Marinha do Brasil, para instalação do Centro de Adestramento da Ilha de Marambaia (Cadim), a qual sacramenta uma rígida tutela dessa força militar sobre a vida e a rotina comunitária dos moradores. Essa situação acirra-se ao longo dos anos 1980 e 1990, entre a Marinha do Brasil e os moradores quilombolas da região, com uma disputa clara pela posse da terra na Ilha da Marambaia. A presença desta instituição delimita a comunidade quilombola territorial e socialmente e, de forma mais ostensiva, a partir de 1998, ao restringir à comunidade o direito de usufruir de seu território tradicional, pelo controle dos meios de entrada e saída dos moradores, por assédios sociais, e pela restrição a qualquer forma de edificação e derrubada sumária de habitações.

Como resistência a esse processo, a organização e a luta de moradores teve seu epicentro na criação da Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia (Arqimar), em 2003, seguida do reconhecimento da condição de remanescentes de quilombo, pela Fundação Palmares, em 2004. Ao longo desta última década, muitos embates e negociações foram estabelecidos e protagonizados por moradores e moradoras e, em 2014, um acordo estabelece novas diretrizes de titularidade e uso da terra para a comunidade quilombola e a Marinha do Brasil, com o reconhecimento da posse de determinadas praias e áreas da região para os moradores e da manutenção da Marinha na posse e no uso de outras áreas.¹

Figura 2 – Moradia em Pescaria Velha



Fonte: Acervo do Projeto.

Das muitas narrativas produzidas ao longo do trabalho, damos destaque a duas entrevistas de mulheres quilombolas – mãe e filha – buscando tecer, entre os “fios de suas memórias”, aproximações e distanciamentos entre suas identidades quilombolas femininas e as demandas sociais firmadas por suas experiências de vida, formação escolar e inserção em contextos de luta política pelo reconhecimento das terras da referida comunidade, reconhecendo tais experiências como espaços formativos para essas mulheres.

Na discussão teórica sobre identidade de mulheres quilombolas, aproximamo-nos do trabalho de Almeida (2014), que busca problematizar os elementos que constituem e forjam a significação sobre a identidade de mulheres quilombolas, em experiências históricas recentes. Neste esforço, a autora lança luz sobre as condições históricas que garantiram a elevação de identidades femininas, como representativas da identidade quilombola, rompendo com a supremacia do *ethos* guerreiro masculino da resistência protagonizado, por exemplo, em figuras históricas como Zumbi dos Palmares:

Em meados da década de 1990, a ressemantização da categoria quilombo, com destaque nesse processo para a valorização do pertencimento cultural, favoreceu o deslocamento de conteúdos simbólicos relacionados ao masculino para as práticas culturais femininas, como por exemplo, a dança, a culinária, a medicina alternativa, o artesanato e as religiões. (ALMEIDA, 2014, p. 8).

Nos recentes processos de luta pelo reconhecimento de áreas remanescentes de quilombos em nosso País, nas duas últimas décadas, quando inserimos a experiência do Quilombo da Marambaia, o protagonismo feminino fez-se presente. A mulher quilombola, através da mobilização de elementos culturais, como o jongo, as curas medicinais ou os conhecimentos tradicionais, evocava uma ancestralidade étnica que impulsionava e legitimava a luta comunitária de homens e mulheres quilombolas.

Almeida (2014) destaca, ainda, que, no jogo de construção de significações da identidade negra feminina, certos estereótipos foram superados em alguns discursos e representações, a saber: a sensualidade da mulata e a benevolência da mãe preta, por exemplo, deram lugar a outras práticas e discursos sobre o ser mulher quilombola, especialmente a relevância do papel dessas mulheres como “guardiãs dos interesses da comunidade”. (ALMEIDA, 2014, p. 12). No contexto das memórias produzidas pela pesquisa na Ilha da Marambaia, as práticas e os discursos sobre a primazia da mulher, na luta e na proteção dos interesses comunitários e, conseqüentemente, na posse da terra, materializam-se e se reafirmam em memórias femininas e masculinas.

Esse argumento pode ser problematizado, ainda, com a contribuição de Santos (2012), que destaca, num estudo de caso na Comunidade Quilombola das Onze Negras, no município do Cabo de Santo Agostinho, no Estado de Pernambuco, a atuação central das mulheres na história e na luta desse quilombo, destacando-se o esforço pela produção e pela manutenção da vida educacional das quilombolas, considerando, nesse caso, tanto as experiências formais como as informais de formação, ou seja, aquelas desenvolvidas na família, nas associações políticas e na escola. Tal abordagem interessa para a reflexão aqui desenvolvida, pois buscaremos, também, lançar luz, numa perspectiva geracional, sobre os espaços formativos que duas mulheres – mãe e filha – vivenciaram e vivenciam na constituição da identidade de mulheres quilombolas. A primeira, inserida em um contexto educacional informal, materializado no período que permaneceu fora da ilha, no seu retorno e em sua participação significativa na luta experienciada pela posse da terra e, a segunda, em um contexto mais formal de educação – a escola –, espaço que se constitui, ou pode vir a se constituir, como lugar privilegiado de resgate e afirmação de identidades quilombolas, principalmente para as novas gerações de moradores.

Na busca por tecer os fios da memória dessas mulheres – D. Sol e Val² –, para início da reflexão, entrelaçamos duas expressões muito usuais pelos moradores, o *dentro* e o *fora* da ilha. Em suas narrativas, os moradores normalmente situavam os acontecimentos em sua vida e na comunidade, a partir desse lugar de pertencer/estar ou não a/na ilha: pertencimentos transitórios e precarizados, pertencimentos afetivos e pertencimentos negados. A comunidade, em território circunscrito de ilha, de passado escravocrata e lutas em desenvolvimento, encontra-se marcada por experiências remotas entre suas gerações, ainda que percebidas e sentidas de formas diferenciadas.

Dona Sol, 53 anos, pescadora, mãe de seis filhos, todos eles nascidos na Ilha da Marambaia, mesmo local de nascimento dela e de seus ancestrais, relata assim seus diferentes momentos de *dentro* e *fora* da ilha:

A minha infância foi ótima, com muita dificuldade, mas foi muito boa, tranquila. Meu pai era pescador e ensinou a profissão para a gente. Desde pequenininho a gente fazia os nossos próprios anzóis com arame de caderno. [...] quando a situação estava difícil a gente ia lá para a costeira e ficava com aqueles anzoizinhos pescando, aquilo que era o almoço. [...] Eu tive um período da minha vida, com uns 10 anos, que eu saí. Eu saí porque meu pai tinha muitos filhos, então não tinha condições. Não só eu. Vários dos meus irmãos tiveram que passar por isso que eu passei. Nós saímos porque a vida era muito difícil. [...] A paixão pela Marambaia, a paixão pela minha casa, a separação dos meus pais me deixou muito chocada e eu me prendi, eu não consegui ser uma pessoa feliz, eu reconheço isso agora. Meus pais quase não iam me visitar, porque toda vez que eles iam me visitar eu queria voltar com eles. Eu sei, foi assim não porque a minha mãe queria fazer isso, mas ela tinha que fazer porque ela queria o melhor para mim. Eu entendo isso agora, mas antes eu não entendia. Eu trabalhava assim, três, quatro meses, sentia falta de casa, largava lá e voltava para ficar um tempo com o meu pai. Fiquei assim, até voltar de vez pra Ilha com 18 e, aqui dentro, casei com 20 anos.³

Pelos apontamentos de seus afetos familiares, Dona Sol dimensiona o trauma surgido com a separação da família na infância. Um desafeto que

marca o modo de se perceber e de viver dentro e fora da comunidade. Sem negar as dificuldades, afirma o que melhor guardou em memória para manter-se ligada aos seus. O novo *status* a que foi submetida interrompe seu processo formativo na família de origem, coloca em suspensão o que fora aprendido e torna-se uma condição estranha de estar no mundo, no qual travou lutas internas, e no meio em que sobreviveu. Por vias diversas, outras meninas de Marambaia viveram essa diáspora ao irem de encontro a outros lares de adoção ou para realizarem serviços domésticos, longe de casa e de sua comunidade, sem condições ou com precárias oportunidades de escolarização. Ainda no contexto de perda das referências comunitárias, os matrimônios possibilitam movimentos de retorno a Marambaia numa reaproximação aos patrimônios que constituem a base de formação das identidades socioculturais: a comunidade quilombola.

O depoimento de Val, 12 anos, aluna do 7º ano na escola municipal Levy Miranda, filha de Dona Sol, parece ir na contramão de sua mãe. Vejamos:

Todo mundo quer sair daqui todo mundo. É porque a gente fica muito preso aqui. Eu entendo o lado dos jovens e o lado dos adultos, que os meus pais conversam. Eu acho que ninguém gosta de estar preso aqui, mas é um ótimo lugar para se viver. É um paraíso verdadeiro. Mas tem pouca comunicação com o mundo. A gente tinha que ter mais comunicação. Fora isso é perfeito, é um lugar ótimo de morar. Lá, são as oportunidades que a gente tem, e aqui porque é um lugar muito tranquilo para ficar, é mais fechado e a gente tem mais privacidade. [...] a gente conversa pelo celular ou pelo *face*, pela internet mesmo, rede social. É muito importante para mim conseguir, porque vai que eu vou lá para fora e depois de um tempo eu, meu marido e meus filhos, a gente quer morar aqui. Se a gente conseguir isso, a gente vai poder viver aqui. Eu acho esse lugar maravilhoso!

Sentimentos e percepções ambíguas sobre o estar na ilha marcam as falas de Val. Vale citar que a luz elétrica foi instalada na Marambaia em julho de 2011. Aos poucos esse serviço substituiu o uso do gerador a *diesel* e potencializou outros serviços e comportamentos na comunidade. Atualmente, assistir TV sintonizada por antenas parabólicas é hábito comum

dos moradores, além do uso de novos dispositivos tecnológicos, principalmente pelos mais jovens, que acessam com mais facilidade e frequência o ambiente do ciberespaço. Novos instrumentos e meios de acesso às informações, através da internet, colaboram para ampliar a percepção de mundo vivido, oferecem convites às comunicações e tensionam os modelos comunitários de comunicação. Val e sua geração caminham a passos largos no entendimento da lógica conceitual das hipertextualidades, janela aberta onde pode ver e colocar-se à vista: a um só tempo estar dentro e fora da comunidade; na segurança da *privacidade* de sua casa e vislumbrar oportunidades *lá fora*; alimentar desejos de romper fronteiras da ilha em possibilidade de retorno, com *marido e filhos*. Situações e sentimentos ambíguos que apontam para novos paradigmas e questões, dentro e fora da Ilha da Marambaia. Como ganhar o mundo e manter o território da comunidade quilombola? Como promover saídas e retornos à ilha sem favorecer novas rotas de diásporas?

Nessa direção, o trabalho favorecido pela educação formal, materializada em uma escola referenciada em questões étnico-raciais, pode ser muito fecundo e necessário. Vivenciamos, ao longo da pesquisa, no projeto político-pedagógico da Escola Municipal Levy Miranda, o reconhecimento e o acolhimento das experiências culturais comunitárias, recontextualizadas em conteúdo e conhecimento e inseridas no cotidiano escolar. Por exemplo, o resgate do jongo como expressão cultural praticada por diferentes gerações e que, no caso do Quilombo da Marambaia, constituiu-se em experiência feminina ímpar de fortalecimento dos laços da comunidade com sua ancestralidade, suas memórias e histórias, como destaca D. Sol:

Tem também da vovó Luzia, que era a parteira da Ilha, e ela fazia o parto de todas as mulheres. Era incrível a capacidade daquela nega. Eu acredito que todos aqui nasceram na mão da vovó Luzia. Então, ela era uma pessoa fantástica e o vigor que ela tinha. Coitada, porque ela morava lá no Cutuca. Chamavam ela aqui na Pescaria Velha, a velha pegava a saia, suspendia e vinha ela, quando ela terminava de um parto, corria para o outro. A música para ela é assim:

Meu filho venha correndo, meu filho em disparada.

Meu filho venha correndo, meu filho em disparada.

Vá chamar vovó Luzia que a hora é chegada.

Vá chamar vovó Luzia que a hora é chegada.
Nesse quilombo sagrado nasce um, nasce dois, oi nasce três.
Nesse quilombo sagrado nasce um, nasce dois, oi nasce três.
Oi, nesse quilombo sagrado, nascem muitos de uma vez.
Oi, nesse quilombo sagrado, nascem muitos de uma vez.

Sem ter ultrapassado o terceiro ano de escolarização, Dona Sol, autora de jongos, mantém a posse de sua memória pessoal e comunitária, pensa criticamente e se expressa com clareza e sensibilidade poética sobre seu estar no mundo. Suas cantigas ou pontos de jongo constituem um *modus operandi* de comunicação da tradição oral dos “griôs”, feitos para serem propagados e, sob condições, perpetuados como uma memória quilombola. Val encontra-se num processo educativo formal, que também potencializa a manutenção dessa memória. Tal processo é atravessado por diversos elementos formativos, como as normatizações escolares, as memórias familiares e comunitárias. Além disto, estão presentes as questões que buscam revigorar, em Val, a identidade e a luta pela titularidade do território quilombola, constituindo-se num repertório de exercícios e meios para a compreensão e uma nova expressão crítica do mundo. Este conjunto potencializa-se em conteúdos e possibilidades investigativas a partir da experiência escolar, de resgate e afirmação das identidades e dos sujeitos históricos quilombolas. Sua fala:

A História mesmo a gente não conhece direito [...]. A gente não sabe a data de quando esses moradores vieram parar aqui. Como esses moradores vieram parar aqui? Porque a Marinha veio parar aqui? A gente não sabe isso! E se a gente não sabe isso, se a gente não sabe História, a gente não sabe nada! Esse lugar aqui é praticamente estranho para a gente. Eu acho que essa foi uma parte da cultura que a gente perdeu. Nesse mundo da tecnologia, a gente só vive ligado em casa, a gente não sai muito e aí ...

Eu não sabia que a minha mãe participou da primeira reunião da comunidade. Eu pensei: “puxa vida, que legal, a minha mãe participou. Show”. Porque essa luta veio de muito tempo e poxa, a minha mãe participou da primeira reunião. Acho muito legal. Eu vi

até foto [...] a minha avó ainda em pé, caraca que bom isso é muito legal. É porque eu não tinha lembranças mais da minha avó andando porque eu tinha esquecido como era ver minha avó andando, então eu vi aquela foto e falei: Show!

O contexto de luta no Quilombo da Marambaia pela posse de seu território não se encontra apartado da construção de identidades. Isto significa compreender a luta pelo território, como combate por uma educação culturalmente referenciada e vice-versa, a partir da perspectiva da comunidade tradicional e de sua inserção local. Ademais, esta luta deve se fazer acompanhar pelas discussões travadas em outros espaços de lutas quilombolas, como grupos identificados por conflitos que emergem de relações desiguais e de injustiças tornadas, ainda, invisíveis por relações assimétricas de poder. Como observamos nas percepções e nos relatos de Val:

Para mim a comunidade é superimportante. É uma família para gente. Nós somos uma família inteira, a gente vive assim, vive como uma família mesmo. Ninguém é contra ninguém, todo mundo é a favor.

Quando muita gente vem conversar com a gente eu falo: “Sou quilombola”. [...] Porque eu moro aqui, aqui minha família nasceu e se minha família nasceu aqui, como quilombola, eu também sou quilombola.

Para mim esse projeto está sendo muito importante. Antes desse projeto [...] eu não tinha esse interesse de saber, de conversar. A gente não conversa muito com os adultos e conforme esse projeto veio, a gente soube coisas que a gente não sabia. A gente achou fotos que nem sabia que existiam, momentos naquela lembrança que a gente não tinha. Isso foi muito importante porque a gente soube melhor da nossa comunidade, em que a gente vive, mas não sabe direito. A gente vive em um lugar que é estranho para a gente. [...] porque a gente perdeu esse interesse há muito tempo, a gente perdeu essa vontade de querer saber sobre a nossa comunidade mesmo, de perguntar para os adultos sobre a forma que eles viam antigamente e a que a gente vê hoje.

Dona Sol faz uma síntese de sua trajetória de luta:

A Marinha falava que nós éramos invasores. Jamais poderíamos ser invasores se ela veio em 72, 73 e eu nasci em 60. Meus pais moravam aqui, meus avós moravam aqui, então quem eram esses invasores?

A gente tinha livre acesso, você podia entrar e sair. Então, começaram a fazer carteirinhas, teve várias burocracias. Nós estávamos acuados, nos sentimos acuados na época e queríamos uma chance para acabar aquela pressão. Se você podia fazer uma casa em qualquer local e de repente você é proibido de escolher um local para você fazer...

Até então nós vivíamos como simples moradores, pescadores. Quando nós começamos a luta, começou a luta da associação, para montar a associação e quando já estava sob pressão, quando estávamos realmente ali sufocados nós buscamos apoio no Ministério Público.

Então nós começamos a pensar e ver de que forma nós poderíamos sair dessa. Tentaram várias vezes, [...] até que nós conseguimos montar uma Associação. Para quê? Que as pessoas nos ouvissem, para que nós fôssemos respeitados. Agora eu acredito que a Marinha nos dá mais ouvido. As coisas já chegaram a um ponto de serem divulgadas para o mundo inteiro, então você já é visto como um ser humano [...].

Eu falo na KOINONIA porque ela foi a mais presente. [...] Eles vieram com antropólogos e outros pesquisadores e foram buscando a nossa história. Ali eles resgataram tudo, até coisas que nós não sabíamos.

Igual a mim, para mim foi uma surpresa quando eu descobri que tinha uma senzala; aquilo para mim foi como se eu entrasse em um novo mundo que até então eu não conhecia. [...] Às vezes, a gente não precisa mostrar para os outros, a gente só precisa mostrar para nós mesmos, isso que é importante.

Dessa forma, os depoimentos – de mãe e filha – confrontam-nos com significativas experiências formativas, que, em espaços não formais – a luta – e em espaços formais – a escola – possibilitam a troca e a resignificação de “fios de memórias”, vividos e/ou relatados, que constituem identidades que se entrecruzam e estão em permanente construção.

A comunidade quilombola da Ilha da Marambaia travou, com muito esforço, uma luta de reconhecimento pela titularidade de seu território e, entre acertos e desafios, buscou os meios para sua mobilização e atuação coletiva. As falas de mãe e filha mostraram-se atravessadas por sentimentos, ora plantados pelo desencanto por um sistema perverso, discriminante e excludente, ora por reencantamentos de uma força que brota do bem-querer pelo lugar de onde falam e pelo que realizam. As falas de Val e Dona Sol seguem para uma síntese desta narrativa, sem com isso pretender encerrar a discussão. Por suas palavras, observamos caminhos para outras narrativas sobre as histórias e lutas da comunidade da Ilha da Marambaia e de suas mulheres.

Notas

¹ Em 27 de novembro de 2014, ocorreu a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia (Arqimar), a Marinha do Brasil, no 1º Distrito Naval, na capital fluminense e o Inbra, Secretaria de Patrimônio da União do Governo Federal, que garantiu o direito da comunidade à terra. O documento formaliza a titulação coletiva e assegura a preservação da biodiversidade da ilha. A comunidade recebeu o título coletivo dos 53 hectares ocupados pelas 101 famílias remanescentes do quilombo,

na Ilha da Marambaia. Fonte: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/acordogarante-direito-territorial-para-comunidade-quilombola-da-ilha-da-marambaia-rj>>.

² Os nomes são fictícios, como forma de preservação das identidades e narrativas das mulheres ouvidas pelo projeto. Suas idades correspondem ao ano de realização da pesquisa.

³ Entrevistas realizadas no segundo semestre de 2013 e primeiro semestre 2014.

Referências

- ALMEIDA, M. A experiência das mulheres quilombolas: raça e gênero na criação de corpos étnicos. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, 16., 2014, Rio de Janeiro. *Anais...*, Rio de Janeiro, 2014. p. 23.
- ALVES, Ediléia de Carvalho Souza. *Quilombo campinho da independência: o protagonismo e a resistência de uma comunidade negra e rural na luta por uma educação diferenciada*. Rio de Janeiro: PUC, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CP 3*, de 10 de março de 2004, Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.
- CERTEAU, Michel. *Espaços e lugares: a invenção do cotidiano – 1. Artes de fazer*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 201-203.
- EXISTIMOS, *Revista Quilombola da Ilha da Marambaia*. Há mais de 100 anos preservando a Ilha. Fase: Solidariedade e Educação, RJ, julho de 2007.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, SP – Brasil, 1981. p. 13.
- NICODEMOS, A.; OLIVEIRA, P. Conhecimento ou ação: por onde principia? Educação e relações étnico-raciais no cotidiano escolar. In: PEREIRA, Amílcar Araújo (Org.). *Educação das relações étnico-raciais no Brasil: trabalhando com histórias e culturas africanas afro-brasileiras nas salas de aula*. Brasília: Fundação Vale / Unesco, 2014, p. 77-87. v. 1.
- SANTOS, M. J. Mulheres quilombolas: memória e acervo de nossa história. *Cadernos Imbondeiro*, v. 2, p. 33-48, 2012.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.